

Título: A Síndrome da Alienação Parental e a guarda unilateral

Autor(es) Brunna de Paula C. Mallet

E-mail para contato: larissaestacio@gmail.com

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): Síndrome de Alienação Parental; Guarda Unilateral; Alienação Parental; Genitor Alienador; Sociedade Conjuga

RESUMO

O presente estudo analisa a prática e a ocorrência da Síndrome de Alienação Parental (SAP) nos casos em que a guarda exercida por um dos genitores, isto é, ocorre de forma unilateral. Tal pesquisa versa, ainda, sobre a definição e as características dessa modalidade de guarda, trazendo os motivos pelos quais essa modalidade é capaz de facilitar a prática da Alienação Parental (AP). Tal pesquisa apresenta a importância da proteção dada pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) à entidade familiar e seus componentes, além de elencar os princípios fundamentais dessa Carta que são violados por meio dessa prática da AP. Esse estudo, também, examina as inovações trazidas pela Lei 12.318/2010, dentre elas, as consequências jurídicas previstas para o genitor alienador, como forma de intervenção do Poder Judiciário nas relações familiares privadas. A discussão do tema está relacionada à prática da AP ao modelo de guarda estabelecida, no caso, a unilateral, e também à necessidade de intervenção do Estado nas relações da família como modo de efetivar o cumprimento da Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente, prevista na CRFB/88 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além da Lei 12.318/2010 que regulamenta a SAP. Esse trabalho tem como objetivo principal mostrar as características da SAP e as maneiras de como essa síndrome se manifesta no indivíduo. Pretende-se, ainda, apresentar as consequências jurídicas aplicáveis ao genitor alienador, como forma de punição pela prática da AP e de proteção aos princípios constitucionais violados por tal conduta. O tema é relevante, pois é uma preocupação no cenário jurídico nacional e mundial, tendo em vista que a prática da AP, apesar de fazer parte de um estudo considerado “recente” entre juristas e aplicadores do Direito, tem se tornado mais presente no cotidiano da sociedade contemporânea, especialmente após o rompimento das sociedades conjugais. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, que consiste na consulta a doutrinas especializadas no tema em questão, à CRFB/88, ao ECA, à Lei 12.318/2010. Ademais, alguns julgados acerca da SAP serão analisados. O presente estudo está dividido em cinco partes: a primeira apresenta os princípios constitucionais referentes ao tema abordado; a segunda parte mostra as características e as manifestações da SAP nos indivíduos; a terceira dispõe o modo como o exercício da guarda unilateral é capaz de favorecer a prática da AP; a quarta parte discute as novidades que surgiram com a Lei 12.318/2010, principalmente os efeitos jurídicos aplicáveis ao genitor alienador.